



DE 08 A 12 FEVEREIRO DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

AEROPORTO DE LISBOA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 5-B/2016 - Diário da República n.º 30/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-02-12](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Denomina o Aeroporto de Lisboa de Aeroporto Humberto Delgado

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Proposta de Lei 14/XIII](#)

Alteração ao Código de Processo Civil e ao Código de Procedimento e de Processo Tributário

Autor: Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

CONCORRÊNCIA

[Comunicado 04/2016](#) - AdC esclarece que não tomou qualquer decisão sobre contratos para transmissão de jogos de futebol

 **ENERGIA**

ERSE

[Regulamento n.º 132/2016 - Diário da República n.º 26/2016, Série II de 2016-02-08](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Regulamento relativo à Designação e Características dos Membros do Conselho Consultivo da ERSE

[Regulamento n.º 149/2016 - Diário da República n.º 29/2016, Série II de 2016-02-11](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Regulamento Relativo à Designação e Características dos Membros do Conselho Tarifário da ERSE

 **FINANCEIRO**

BANCO DE PORTUGAL

[Boletim Oficial n.º2/2016](#)

[Nota de Informação Estatística 18|2016](#): Emissões de títulos - dezembro 2015

[Nota de Informação Estatística 17|2016](#): Novos indicadores económico-financeiros das empresas não financeiras privadas – 2014

[Nota de Informação Estatística 16|2016](#): Fundos de investimento - dezembro de 2015

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Estatísticas trimestrais sobre *day-trading*](#) - 4º trimestre de 2015

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

Evolução da atividade seguradora e dos fundos de pensões em 2015

[Nota informativa](#)

[Relatório de evolução da atividade seguradora – 4.º Trimestre 2015](#)

[Relatório de evolução dos fundos de pensões – 4.º Trimestre 2015](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Norma Regulamentar n.º 1/2016-R, de 4 de fevereiro](#)

Estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo "Incêndio e elementos da natureza" com início ou vencimento no segundo trimestre de 2016.

 **FISCAL**

[Decreto-Lei n.º 5/2016 - Diário da República n.º 26/2016, Série I de 2016-02-08](#)

Finanças

Consagra medidas transitórias sobre deduções à coleta, a aplicar à declaração de rendimentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares relativa ao ano de 2015

[Portaria n.º 24-A/2016 - Diário da República n.º 29/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-02-11](#)

Finanças e Economia

Atualiza o valor das taxas unitárias do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos

ORÇAMENTO ESTADO 2016

[Proposta de Lei 12/XIII – Proposta OE2016](#)

[Relatório do Orçamento de Estado para 2016](#) - Ministério das Finanças

[Newsletter PLMJ - Proposta de Lei do OE para 2016](#)

 **IMOBILIÁRIO**

[Recibo de renda eletrónico – “Data de recebimento” da renda](#)

Informa-se que foi disponibilizada uma nova versão da aplicação do arrendamento de modo a que na emissão do recibo de renda eletrónico seja indicada a “data de recebimento” da renda.

Assim, na emissão dos recibos, a referida data é de preenchimento obrigatório e deve corresponder à data efetiva do recebimento da renda.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

INSOLVÊNCIAS

[Acórdão n.º 111/2015 - Diário da República n.º 26/2016, Série II de 2016-02-08](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma retirada do artigo 17.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), no sentido de a remissão para o Código de Processo Civil englobar igualmente a matéria dos recursos e seus requisitos de admissibilidade (*maxime*, critérios de valor e sucumbência); não julga inconstitucional a norma extraída do artigo 15.º do CIRE, no sentido da prolação da sentença sem fixação do valor e com fixação processual do ativo, quando determinado a posteriori em face da mesma sentença, não constituir nulidade insanável e de conhecimento oficioso e poder ser atendível para efeitos de inadmissibilidade do recurso a apresentar por pessoa coletiva contra quem a insolvência tenha sido requerida

PENAL

[Relatório de Avaliação do Grupo de Estados Contra a Corrupção \(GRECO\) do Conselho da Europa](#)

Em relatório divulgado DIA 10 DE FEVEREIRO (versão em [francês](#)/versão em inglês), o GRECO recomenda que Portugal intensifique esforços para prevenir a corrupção de parlamentares, juízes e magistrados, especialmente reforçando as regras sobre integridade, responsabilidade e transparência.

SAÚDE / LIFE SCIENCES

[Resolução da Assembleia da República n.º 28/2016 - Diário da República n.º 29/2016, Série I de 2016-02-11](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a identificação das consequências dos cortes orçamentais no Serviço Nacional de Saúde

[Resolução da Assembleia da República n.º 29/2016 - Diário da República n.º 29/2016, Série I de 2016-02-11](#)

Assembleia da República

Levantamento de necessidades no Serviço Nacional de Saúde (SNS) e intervenção urgente em serviços com falhas graves ou em situação de potencial rutura

 TMT

[Portaria n.º 21/2016 - Diário da República n.º 27/2016, Série I de 2016-02-09](#)

Finanças e Planeamento e das Infraestruturas

Fixa a forma de aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2014 da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM)

[Estudo sobre substituíbilidade entre banda larga fixa e banda larga móvel](#)

Estudo realizado pelo IMR - Instituto de Marketing Research para a ANACOM.

 RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2016/A - Diário da República n.º 29/2016, Série I de 2016-02-11](#)

Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo

Executa o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2016

 RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Decreto Regulamentar Regional n.º 7-A/2016/M - Diário da República n.º 28/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-02-10](#)

Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Primeira alteração ao [Decreto Regulamentar Regional n.º 1-A/2016/M](#), de 20 de janeiro, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários residentes na ilha da Madeira



Marta Castelo (detalhe)
O Sonho de Marlow, 2007
Construção, 2005
Cerâmica, 41x 57x 61 cm
Obra da Coleção da Fundação PLMJ



UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Financeiro

Decisão (UE) 2016/187 do Banco Central Europeu, de 11 de dezembro de 2015, que [altera a Decisão BCE/2013/1 que estabelece o quadro jurídico da infraestrutura de chave pública para o Sistema Europeu de Bancos Centrais](#) (BCE/2015/46)

Decisão (UE) 2016/188 do Banco Central Europeu, de 11 de dezembro de 2015, relativa ao [acesso do Banco Central Europeu e das autoridades nacionais competentes do Mecanismo Único de Supervisão às aplicações, sistemas, plataformas e serviços eletrónicos deste último, e à sua utilização](#) (BCE/2015/47)

COMISSÃO EUROPEIA

Consulta pública

Comunicação

[Avaliação dos “Centros de Informação Europe Direct 2013-2017](#)

10.02.2016 – 04.05.2016

Ambiente, Energia

[Uma política de bioenergia sustentável para o período pós-2020](#)

10.02.2016 – 10.05.2016

Comércio

[Possível alteração na metodologia para determinar a existência de práticas de dumping nos inquéritos de defesa comercial relativos à República Popular da China](#)

10.02.2016 – 20.04.2016

Transportes

[Consulta das partes interessadas sobre o Regulamento \(CE\) n.º 1371/2007 relativo aos direitos e obrigações dos passageiros dos serviços ferroviários](#)

09.02.2016 – 05.05.2016

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

[Equipamentos de proteção individual, aparelhos a gás e instalações por cabo mais seguros: Conselho adota novas regras para a UE](#)

O Conselho atualizou as regras do mercado interno aplicáveis aos equipamentos de proteção individual, aparelhos a gás e instalações por cabo, para reforçar a segurança dos consumidores e garantir uma concorrência leal entre as empresas.

As novas regras melhorarão igualmente a supervisão do mercado pelas autoridades públicas, sem a imposição de encargos e custos adicionais desnecessários para a indústria.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[União Europeia reforça direito à presunção de inocência](#)

A 12 de fevereiro de 2016, o Conselho adotou uma diretiva relativa ao reforço de certos aspetos da presunção de inocência e do direito de comparecer em julgamento em processo penal.

Esta diretiva tem por objetivo reforçar o direito a um processo equitativo em processo penal, estabelecendo regras mínimas relativas a certos aspetos da presunção de inocência e ao direito de comparecer em julgamento. Deste modo, a diretiva virá complementar o quadro jurídico constituído pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem e pela Carta dos Direitos Fundamentais. A diretiva reforçará a confiança mútua entre as autoridades judiciais dos Estados-Membros e facilitará o reconhecimento mútuo de decisões em matéria penal.

[Conclusões do Conselho sobre a luta contra o financiamento do terrorismo](#)

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS

[Comunicado do Conselho de Ministros de 11 de fevereiro de 2016](#)

ORÇAMENTO DO ESTADO

[«Eurogrupo confirmou apoio ao Orçamento do Estado para 2016»](#)

Escolhas no quadro do euro

Rendimentos e investimento

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2015-2012

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2015 - 2011